



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

## EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2020

### ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1 – DO OBJETIVO

Com o presente Termo de Referência, a Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – **CODIN** tem por objetivo de apresentar as especificações técnicas para a contratação de empresa especializada no ramo de plano privado de assistência médica hospitalar-ambulatorial, por meio de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO**, de abrangência no Estado do Rio de Janeiro aos seus diretores, empregados, empregados cedidos, bem como aos seus servidores requisitados e ocupantes de cargos em comissão e seus respectivos dependentes, e aos seus estagiários e jovens aprendizes, na forma do **ITEM 5 – DOS BENEFICIÁRIOS** deste instrumento, compreendendo um universo estimado de aproximadamente **162 (cento e sessenta e dois) beneficiários/mês**, podendo variar para mais ou para menos.

#### 2 – DA JUSTIFICATIVA

A contratação de plano privado de assistência médica hospitalar-ambulatorial, por meio de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO**, visa atender ao artigo 52 do Regulamento de Pessoal da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – **CODIN**, proporcionando assistência médica suplementar conforme previsto no artigo 230 da Lei Federal nº 8.112/90, na Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações e Portaria Normativa nº 5 de 11 de outubro de 2010 do Ministério do Planejamento.

#### 3 – DO OBJETO

A presente licitação na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, tem como objeto a contratação de empresa de prestação de serviços de assistência médica hospitalar-ambulatorial, por meio de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO**, de abrangência no Estado do Rio de Janeiro, que contemplarão a assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Estado do Rio de Janeiro, com padrão em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária à internação hospitalar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, visando atender as necessidades das CODIN, conforme as condições e especificações estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e em todos os seus Anexos, compreendendo um universo estimado de aproximadamente **162 (cento e sessenta e dois) beneficiários/mês**, podendo variar para mais ou para menos.

#### 4 – DO PRAZO



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

O prazo da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, podendo ser prorrogado, por iguais períodos dentro do limite de 5 (cinco) anos previsto no artigo 71 da Lei nº 13.303/2016, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja mais vantajosa para a **CONTRATANTE**.

## 5 – DOS BENEFICIÁRIOS

**5.1** Para efeito de utilização dos serviços de assistência médico-hospitalar ambulatorial consideram-se beneficiários os diretores, empregados, empregados cedidos, bem como aos seus servidores requisitados e ocupantes de cargos em comissão e seus respectivos dependentes, e aos seus estagiários e jovens aprendizes, a saber:

### 5.1.1 Titulares:

- a) Os diretores da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.
- b) Os empregados da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.
- c) Os empregados cedidos e servidores requisitados e ocupantes de cargos em comissão, desde que em atividade.
- d) Os estagiários e os jovens aprendizes da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro.

**5.1.2 Dependentes:** Somente dos diretores, empregados, empregados cedidos, servidores requisitados e ocupantes de cargos em comissão:

- a) cônjuge;
- b) companheiro (a) designado (a) de união estável;
- c) cônjuge separado ou divorciado, desde que a condição de beneficiária do plano de saúde seja mantida na sentença respectiva, vedada, nessa hipótese, a inclusão de novo (a) companheiro (a) e de novo cônjuge e/ou com percepção de pensão alimentícia do beneficiário titular;
- d) filhos (as), naturais ou adotivos (as), e enteados (as) solteiros (as) até 24 (vinte e quatro) anos;
- e) menores equiparados aos filhos, até 24 (vinte e quatro) anos, que por determinação judicial, estejam sob a guarda e/ou tutela do beneficiário.
- f) filhos (as) naturais ou adotivos (as), inválidos (as) de qualquer idade, assim considerados aqueles informados na declaração do Imposto de Renda do beneficiário titular.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**5.1.2** Os estagiários e os jovens aprendizes da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, não terão direito a inclusão de dependentes.

**5.2** O período de manutenção da condição de beneficiário, quando demitido sem justa causa, será de um terço do tempo de permanência no plano de saúde, com um mínimo assegurado de 6 (seis) meses e um máximo de 24 (vinte e quatro) meses, conforme disciplina o artigo 30 da Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações, desde que assuma o pagamento integral ao mesmo. Após este período, haverá a exclusão desse Beneficiário definitivamente do Plano, não podendo ser prorrogado.

**5.3** Ao aposentado que contribuir para plano de assistência à saúde por período não inferior a 10 (dez) anos é assegurado o direito de manutenção como beneficiário, à razão de um ano para cada ano de contribuição, desde que assuma o pagamento integral do mesmo, como no disposto no artigo 31 da Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações.

**5.4** Em caso de morte do beneficiário titular, o direito de permanência é assegurado aos dependentes cobertos pelos serviços de assistência médico-hospitalar ambulatorial, desde que arquem com seus custos, por prazo indeterminado, com cobrança feita mediante boleto bancário, e caso ocorrendo inadimplência de 60 (sessenta) dias, os mesmos serão excluídos do benefício.

**5.5** A **LICITANTE VENCEDORA**, ao se interessar pela sua participação no certame licitatório, **ASSUME O COMPROMISSO DE ACEITAR** todos (as) os (as) filhos (os) dos beneficiários titulares maiores de 24 (vinte e quatro) anos que se encontram incluídos (as) no Plano Vigente que será custeado integralmente pelo beneficiário titular com recursos próprios, com cobrança feita mediante boleto bancário, sem qualquer participação da **CODIN**.

**5.6** A **LICITANTE VENCEDORA** deverá emitir cartões ou carteiras de identificação para todos os beneficiários, de modo que possibilitem a receber os serviços, objeto do presente Termo de Referência.

## **6 – DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO**

**6.1** A **LICITANTE VENCEDORA** compete assegurar aos beneficiários regularmente inscritos no plano de saúde, os serviços e condições descritas neste Termo de Referência, observando ainda as coberturas garantidas pela Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações, bem como as Resoluções do CONSU e disposições da Agência Nacional de Saúde Suplementar, bem como as coberturas obrigatórias incluídas e asseguradas por lei e por normas complementares da Agência Nacional de Saúde Suplementar, posteriores a este Termo de Referência.

**6.2** O plano deve compreender assistência médico-hospitalar ambulatorial, inclusive obstétrica, com abrangência em todo Estado do Rio de Janeiro, com internações em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, com direito a acompanhante permanente no caso de paciente menor de 18 anos, ou igual ou superior a 60 anos, e os portadores de necessidades especiais também têm esse direito, se o médico assistente recomendar.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**6.3** O plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial deve compreender cobertura de consultas médicas, cirurgias, serviços médicos, ambulatoriais, hospitalares, de diagnóstico, de tratamento, laboratoriais e de exames, procedimentos clínicos, cirúrgicos, obstétricos e terapêuticos, remoções e atendimento de urgência e emergência, sem limite de valor ou quantidade, ressalvado os casos expressamente indicados neste instrumento.

**6.4** O plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial será executado por meio de serviços próprios da **LICITANTE VENCEDORA** ou por terceiros por ela credenciados, referenciados incluindo profissionais, hospitais, centros médicos, clínicas básicas e especializadas, laboratórios, médicos de família e/ou enfermeiros de família e etc.

**6.5** O plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial deve compreender o atendimento domiciliar de urgência e/ou emergência.

**6.6** O plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial deverá ser privado coletivo empresarial, com patrocínio total da Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – **CODIN**.

**6.7** O plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial somente permitirá a inclusão de dependentes no mesmo plano do titular.

**6.8** O plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial não terá carência para prestação dos serviços aos beneficiários e dependentes incluídos e a serem incluídos durante a vigência do contrato.

**6.9** O plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial permitirá ao beneficiário titular e seus dependentes a transferência para um plano superior ao contratado pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro – **CODIN**, desde que o valor da diferença entre os planos, seja integralmente custeado pelo beneficiário titular com desconto em folha de pagamento e repassado a Operadora do Plano. Ficando assegurada esta transferência sem qualquer carência.

**6.10** O plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial será prestado, por rede própria e credenciada ou referenciados e deverá ser oferecida no Estado do Rio de Janeiro, tendo por objetivo a mútua utilização em serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial, auxiliar e internação, incluindo serviços de urgência e de emergência 24 (vinte e quatro) horas, bem como, o mínimo de **30 (trinta) Hospitais e/ou Casas de Saúde, 300 (trezentos) Consultórios Médicos em estabelecimento de pessoa física ou jurídica**, excluindo deste total de atendimentos em rede hospitalar, sendo admitido que 30% (trinta por cento) deste total poderão ser em Centros Médicos e Ambulatórios Hospitalares, assegurando o equilíbrio da distribuição geográfica das unidades de pronto atendimento, observando-se a abrangência/cobertura das Regiões de Saúde da Resolução Normativa nº 259 e 268, ambas da ANS, bem como suas alterações, também para o uso de rede credenciada de urgência e emergência, no Estado do Rio de Janeiro. A priorização/concentração de unidades deve ser nos Municípios do Rio de Janeiro, de Niterói, de São Gonçalo, de Três Rios e de Campos dos Goytacazes.

**Município do Rio de Janeiro – Compreendido pelas zonas de 1 a 9.**

**Zona 1: Centro**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

Bairros: Caju, Santo Cristo, Saúde, Gamboa, São Cristóvão, Vasco da Gama, Castelo, Centro, Bairro de Fátima, Lapa e Praça Mauá;

**Zona 2: Zona Sul**

Bairros: Copacabana, Leme Gávea, Ipanema, Jardim Botânico, Lagoa, Leblon, São Conrado, Vidigal, Rocinha, Botafogo, Catete, Cosme Velho, Flamengo, Glória, Humaitá e Laranjeiras;

**Zona 3: Tijuca e Adjacências**

Bairros: Rio Comprido, Catumbi, Cidade Nova, Estácio, Alto da Boa Vista, Praça da Bandeira, Tijuca, Santa Tereza, Andaraí, Grajaú, Maracanã, Vila Isabel, Jacarezinho, Vieira Fazenda;

**Zona 4: Grande Méier**

Bairros: Inhaúma, Del Castilho, Engenho da Rainha, Higienópolis, Maria da Graça, Tomás Coelho, Méier, Abolição, Água Santa, Cachambi, Consolação, Encantado, Engenho de Dentro, Engenho Novo, Jacaré, Lins de Vasconcelos, Piedade, Pilares, Riachuelo, Rocha, Sampaio, São Francisco Xavier e Todos os Santos;

**Zona 5: Ilha do Governador**

Bairros: Ilha do Governador, Bancários, Cacúia, Cidade Universitária, Cocotá, Freguesia, Galeão, Jardim Carioca, Jardim Guanabara, Moneró, Portuguesa, Pitangueiras, Praia da Bananeira, Ribeira, Tauá e Zumbi;

**Zona 6: Zona Norte**

Bairros: Madureira, Bento Ribeiro, Campinho, Cascadura, Cavalcante, Engenheiro Leal, Honório Gurgel, Marechal Hermes, Oswaldo Cruz, Quintino, Rocha Miranda, Turiaçú, Vaz Lobo, Anchieta, Guadalupe, Parque Anchieta, Ricardo de Albuquerque, Pavuna, Acari, Barros Filho, Coelho Neto, Costa Barros, Parque Columbia, Vigário Geral, Cordovil, Jardim América e Parada de Lucas;

**Zona 7: Leopoldina / Irajá**

Bairros: Ramos, Bonsucesso, Olaria, Maré, Baixa do Sapateiro, Conjunto Pinheiros, Marcílio Dias, Nova Holanda, Parque União, Praia de Ramos, Roquete Pinto, Rubens Vaz, Timbau, Vila do João, Vila Esperança e Vila Pinheiro, Penha, Brás de Pina, Penha Circular, Colégio, Vicente de Carvalho, Vila da Penha, Vila Kosmos, Vista Alegre e Irajá;

**Zona 8: Jacarepaguá / Barra da Tijuca**

Bairros: Jacarepaguá, Anil, Curicica, Freguesia, Gardênia Azul, Pechincha, Praça Seca, Tanque, Taquara, Vila Valqueire, Cidade de Deus, Barra da Tijuca, Camorim, Grumari, Itanhangá, Joá, Recreio dos Bandeirantes, Vargem Grande e Vargem Pequena;

**Zona 9: Zona Oeste**

Bairros: Campo Grande, Cosmos, Inhoaíba, Senador Augusto Vasconcelos, Bangu, Jericimó, Padre Miguel, Santíssimo, Senador Camará, Realengo, Campo dos Afonsos, Deodoro, Magalhães Bastos, Mallet, Sulacap, Vila Militar, Santa Cruz, Paciência, Guaratiba, Pedra de Guaratiba, Sepetiba e Ilha de Guaratiba.

**Zona 10: Municípios de Niterói e São Gonçalo**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
 Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
 Diretoria de Administração e Finanças

**Zona 11: Região Metropolitana:** Belford Roxo, Duque de Caxias, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados e São João de Meriti, Guapimirim, Itaboraí, Paracambi, Seropédica e Tanguá;

**Zona 12: Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol):** Araruama, Armação de Búzios, Arraial do Cabo, Cachoeiras de Macacu, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Maricá, Rio Bonito, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema e Silva Jardim;

**Zona 13: Região Centro Sul Fluminense:** Areal, Comendador Levy Gasparian, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios e Vassouras;

**Zona 14: Região da Costa Verde:** Angra dos Reis, Itaguaí, Mangaratiba e Parati;

**Zona 15: Região do Médio Paraíba:** Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença e Volta Redonda;

**Zona 16: Região do Norte Fluminense:** Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Macaé, Quissamã, São Fidélis, São Francisco de Itabapoana, São João da Barra;

**Zona 17: Região Noroeste Fluminense:** Aperibé, Bom Jesus de Itabapoana, Cambuci, Italva, Itaocara, Itaperuna, Laje de Muriaé, Miracema, Natividade, Porciúncula, Santo Antônio de Pádua, São José de Ubá e Varre-Sai;

**Zona 18: Região Serrana:** Bom Jardim, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes.

**6.11 A LICITANTE VENCEDORA** obriga-se a proceder ao credenciamento ou a incluir como cooperado serviços médicos e hospitalares de interesse da **CODIN**, desde que os indicados aceitem e satisfaçam os critérios abaixo relacionados:

**6.11.1** Aceitação da tabela praticada pela **LICITANTE VENCEDORA**.

**6.11.2** Atendimento aos pré-requisitos técnicos para o credenciamento ou Cooperação.

**6.12** Por ocasião da assinatura do contrato, a **LICITANTE VENCEDORA** deverá entregar, por escrito, à **CODIN** os pré-requisitos técnicos para credenciamento, para conhecimento por parte da área gestora da **CODIN**.

**6.13** Caso o credenciamento não seja aceito pela **LICITANTE VENCEDORA**, ela deverá apresentar as devidas justificativas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo essas justificativas serem questionadas pela área gestora da **CODIN**.

**6.14** Não haverá limites de permanência para internações hospitalares, inclusive, UTI/CTI e UTINEONATAL.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**6.15 A LICITANTE VENCEDORA** deverá ter 01 (uma) Central de Atendimento, (Tele Atendimento) durante as 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados, para prestar orientações, autorizações diversas e resolver todos os assuntos ligados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação.

**6.16 A LICITANTE VENCEDORA** deverá autorizar os procedimentos cirúrgicos eletivos (programados), bem como os exames de maior complexidade no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis excetuando-se as hipóteses em que comprovadamente houver a utilização de próteses, matérias e equipamentos a serem utilizados no ato cirúrgico, e ainda as autorizações que dependam de segunda opinião de consultoria técnica da especialidade médica em questão, este prazo será de 21 (vinte e um) dias úteis.

**6.17** As marcações de consultas e exames de caráter não emergencial obedecerão, rigorosamente, as disposições editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

**6.18** Sempre que ocorrer descredenciamento ou extinção de convênios com consultórios e clínicas especializadas, hospitais ou casas de saúde a **LICITANTE VENCEDORA** será obrigatório informar à área gestora da **CODIN**, o motivo do descredenciamento de forma clara, bem como, a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região e/ou adjacências, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o descredenciamento, mediante novo credenciamento, preservando o elevado nível de atendimento, comunicando, em seguida, à **CODIN** as providências adotadas.

**6.19** O não cumprimento do que determina o subitem acima, a **LICITANTE VENCEDORA** ficará sujeita às penalidades previstas no contrato.

**6.20 A LICITANTE VENCEDORA** deverá oferecer, no mínimo 01 (uma) Clínica Especializada em tratamento de Dependência Química, com nível de excelência dentro da doutrina adotada pelos 12 passos.

**6.21** Não serão aceitos custos de implantação dos serviços.

## **7 – DO REEMBOLSO**

**7.1** Para plano de assistência médico-hospitalar ambulatorial não haverá reembolso, exceto para os determinados pela legislação vigente.

**7.2** Caso o beneficiário titular e seus dependentes tenham feito a transferência para um plano superior ao contratado pela **CODIN**, reembolso das despesas se dará em conformidade com as regras e valores estabelecidos pela ANS, após a entrega da documentação adequada.

## **8 – DA REMOÇÃO**





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

Ocorrerão por conta da **LICITANTE VENCEDORA**, as despesas com remoção de pacientes, em condições compatíveis com o quadro clínico avaliado pelo médico de plantão da **LICITANTE VENCEDORA** responsável pelo atendimento, que antecede a remoção, nas seguintes situações:

**8.1** Da residência para o hospital, em razão da necessidade de internação e/ou incapacidade de locomoção própria em segurança e com risco de agravamento do quadro clínico do paciente removido, inclusive nos casos de emergências e urgências psiquiátricas.

**8.2** Do hospital para residência, quando for caracterizada a necessidade pelo médico assistente.

**8.3** Entre Hospitais, no caso de realização de exames e/ou transferência.

## 9 – DAS HOSPITALIZAÇÕES E INTERNAÇÕES

**9.1** As hospitalizações deverão ser em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, sendo facultado, a **LICITANTE VENCEDORA** dar o acesso à acomodação individual ou superior, sem ônus adicional.

**9.2** As Internações em hospitais e/ou clínicas especializadas serão isentas de despesas médicas, diárias, serviços dietéticos, taxas de internação e de salas de cirurgia, inclusive para partos, gessos, oxigênio e medicamentos prescritos e ministrados no hospital e/ou clínica, honorários médicos, serviços de enfermagem e exames necessários para qualquer tipo desses atendimentos;

**9.3** Garantia de diárias, acomodações e refeições aos acompanhantes de dependentes menores de 18 (dezoito) anos, e também para os acompanhantes dos beneficiários acima de 60 (sessenta) anos, devendo a **LICITANTE VENCEDORA** proporcionar segundo o critério médico, as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, sem nenhum ônus adicional, inclusive o custo com refeições do acompanhante.

## 10 – DA REMISSÃO

**10.1** No caso de falecimento de empregado (a) da **CODIN**, os beneficiários remidos (dependentes e agregados) terão direito aos serviços e benefícios previstos pelo **prazo de 24 (vinte e quatro) meses**, a contar do óbito, cabendo o custo total deles, por conta da **CODIN**.

**10.2** É expressamente vedada a continuidade no Plano após o período supracitado de remissão, mesmo com o pagamento integral da mensalidade.

**10.3** A **LICITANTE VENCEDORA** assumirá os remidos da contratada anterior respeitando os prazos de termos atualmente vigentes (limitados a 60 meses).

**10.4** Fica assegurado ao recém-nato, da empregada falecida durante o parto, os direitos de Beneficiário dependente, conforme caput da cláusula supramencionada, bem como, do recém nato, no caso de falecimento da esposa do empregado da **CODIN**.





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

## 11 – DAS COBERTURAS

**11.1** Estarão cobertos pelo Contrato, sem limite de utilização de internações, consultas, exames e demais procedimentos, todos os serviços contemplados pela Lei Federal nº 9.656/98 e suas alterações, bem como todos os procedimentos constantes no Rol de Procedimentos da ANS e suas alterações.

**11.2** Cobertura para cirurgia reparadora de mama, abdômen avental, inclusive ginecomastia (masculina), pitose, xantelasma, desde que seja comprovada a necessidade do ato cirúrgico por Especialista credenciado.

**11.2.1** A cirurgia referente ao **item 11.2** poderá ser submetida à perícia pela **LICITANTE VENCEDORA**.

**11.3** Cobertura, **OBRIGATÓRIA**, para cirurgia plástica reparadora no caso decorrente de cirurgia bariátrica, bem como nos casos de extirpação total ou parcial de mama.

**11.4** Cobertura para tratamentos de fonoaudiologia, terapia ocupacional, nutricionista e psicólogo seguirão o número de sessões previstas em Lei, Normas Regulamentadoras da ANS e suas atualizações, por beneficiário, devendo a **LICITANTE VENCEDORA** fornecer relação de profissionais credenciados.

### **11.5 HOME CARE:**

**11.5.1** A **LICITANTE VENCEDORA** deverá prestar, **OBRIGATORIAMENTE**, os serviços de **HOME CARE**, compatível com a necessidade do segurado, mediante indicação do Médico que acompanha o tratamento do Titular, Dependentes e Agregados, sem limite de utilização;

**11.5.2** A **LICITANTE VENCEDORA** poderá oferecer outro tipo de programa de qualidade de vida, contudo a concessão de outros programas não a eximirá de sua obrigatoriedade dos serviços de **HOME CARE**.

**11.5.3** Obriga-se a **LICITANTE VENCEDORA** a assumir os custos decorrentes de hospitalizações e **HOME CARE** remanescente do Contrato anterior, a partir do início da vigência do Contrato, de forma a evitar a descontinuidade do tratamento.

**11.5.4** A **CODIN** obriga-se a informar através de listagem os beneficiários hospitalizados, bem como, beneficiários sob o acompanhamento dos serviços de **HOME CARE**, a partir da assinatura do Contrato.

**11.5.6** É facultada a remoção de pacientes a que se refere o subitem anterior, para hospitais da rede credenciada da **LICITANTE VENCEDORA**, desde que tenha condições de remoção, de acordo com o quadro clínico apresentado.

**11.6** Fica a **LICITANTE VENCEDORA** obrigada a fornecer medicamentos e todos os materiais necessários nos casos em que a operadora ofereça internação domiciliar como alternativa à internação hospitalar.

## 12 – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**12.1** Para fins de qualificação técnico-operacional será exigida a apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica e/ou Declarações de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que na condição de cliente final, comprovem a execução satisfatória, pela licitante, dos serviços objeto da licitação, compatíveis em no mínimo 70% (setenta por cento) do universo de beneficiários da **CODIN**, podendo a **CODIN** diligenciar cada um dos atestados apresentados, quanto à sua real veracidade.

**12.2** Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

**12.3** Apresentar certidão emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vinculada ao Ministério da Saúde, contemplando o número de Registro de funcionamento da licitante.

**12.4** A licitante não deverá estar sob Direção Fiscal da ANS.

**12.5** A licitante deverá apresentar autorização de funcionamento na forma do artigo 8º da Lei nº 9656/98.

**12.6** A licitante deverá apresentar Registro no Conselho Regional de Medicina, em cumprimento ao disposto no artigo 1º da Lei nº 6.839 de 30/10/1980 (redação dada pela MP 2177-44/01).

**12.7** Na hipótese de participação de cooperativas deverão ser apresentadas certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, referentes a todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação de serviços.

### 13 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E CRITÉRIOS DE PREÇOS

**13.1** - A proposta de preços deverá ser calculada com base na grade etária abaixo:

| FAIXA ETÁRIA | EMPREGADOS, SERVIDORES E DEPENDENTES |            |          |            | TOTAL |
|--------------|--------------------------------------|------------|----------|------------|-------|
|              | MASCULINO                            |            | FEMININO |            |       |
|              | TITULAR                              | DEPENDENTE | TITULAR  | DEPENDENTE |       |
| 00 – 18      | 0                                    | 12         | 0        | 12         | 24    |
| 19 – 23      | 2                                    | 2          | 2        | 13         | 19    |
| 24 – 28      | 2                                    | 0          | 5        | 2          | 9     |
| 29 – 33      | 6                                    | 0          | 2        | 2          | 10    |
| 34 – 38      | 1                                    | 2          | 4        | 3          | 10    |
| 39 – 43      | 5                                    | 0          | 0        | 1          | 6     |
| 44 – 48      | 5                                    | 1          | 0        | 5          | 11    |
| 49 – 53      | 4                                    | 1          | 2        | 0          | 7     |
| 54 – 58      | 5                                    | 2          | 5        | 2          | 14    |
| 59 ou mais   | 19                                   | 3          | 15       | 15         | 52    |
| TOTAL        | 49                                   | 23         | 35       | 55         | 162   |



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

| Observações:   |                                   |
|--|-----------------------------------|
| 3 mulheres e 1 homem com 59 anos                             | 3 homens e 1 mulher com 67 anos   |
| 3 mulheres com 60 anos                                       | 2 homens e 3 mulheres com 68 anos |
| 1 homem e 1 mulher com 61 anos                               | 2 homens e 1 mulher com 69 anos   |
| 1 homem e 3 mulheres com 62 anos                             | 2 homens e 1 mulher com 71 anos   |
| 2 homens e 2 mulheres com 63 anos                            | 2 homens com 75 anos              |
| 1 homem e 4 mulheres com 64 anos                             | 1 mulher com 76 anos              |
| 3 homens e 5 mulheres com 65 anos                            |                                   |
| 2 homens e 2 mulheres com 66 anos                            |                                   |
| O Quantitativo de Vidas é referente ao mês de julho de 2020. |                                   |

**13.2** A **LICITANTE VENCEDORA** deverá apresentar o preço unitário por beneficiário para um total estimado de **162 (cento e sessenta e dois) beneficiários**, para um prazo de 12 (doze) meses.

**13.3** Os preços apresentados deverão ser válidos por 60 (sessenta) dias, contados da data de apresentação da proposta.

**13.4** O preço apresentado para o Plano de Saúde na proposta da licitante será fixo e irrevogável pelo período de 12 (doze) meses de vigência contratual.

#### 14 – DO REAJUSTE

No caso de prorrogação do prazo contratual, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação da variação do IPCA, item “Plano de Saúde”, com periodicidade anual, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para compensar as perdas eventuais decorrentes de inflação nos preços de serviços de saúde.

#### 15 – DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

**15.1** As despesas com a execução do contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de **2020/2021**, assim classificadas: **Programa de Trabalho: 2271.22122000220160000, Natureza de Despesa: 3390, Fonte de Recursos: 100 e 230.**

**15.2** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### 16 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**16.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente da instituição financeira licitante vencedora pelo Estado, cujo número e agência deverão ser informados pelo proponente na proposta de preço apresentada.

**16.2** A **LICITANTE VENCEDORA** deverá encaminhar fatura para pagamento ao Protocolo da **CODIN**, sito à Avenida Rio Branco, 110 – 34º andar – Centro do Rio de Janeiro, CEP 20040-001, acompanhada da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

**16.2.1** A Nota Fiscal deverá ser encaminhada através do e-mail [contasapagar@codin.rj.gov.br](mailto:contasapagar@codin.rj.gov.br), acompanhada de toda documentação.

**16.3** O pagamento será realizado mensalmente após a atestação dos serviços pela fiscalização da **CODIN**.

**16.4** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplimento de cada parcela.

**16.4.1** Considera-se adimplimento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes.

**16.5** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da **LICITANTE VENCEDORA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**16.6** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível a **LICITANTE VENCEDORA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

## **17 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a)** realizar os pagamentos devidos à **LICITANTE VENCEDORA**, nas condições estabelecidas neste **CONTRATO**;
- b)** fornecer à **LICITANTE VENCEDORA** documentos, informações e demais elementos que possuir pertinentes à execução do presente contrato;
- c)** exercer a fiscalização do contrato;
- d)** receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

## **18 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

Constituem obrigações da **LICITANTE VENCEDORA**:

- 1) conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- 2) prestar o serviço no endereço constante da Proposta de Preços;
- 3) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- 4) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- 5) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- 6) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- 7) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- 8) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- 9) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- 10) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- 11) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento.
- 12) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CODIN**, aos usuários ou terceiros.
- 13) A **LICITANTE VENCEDORA** divulgará a informação da rede, própria, credenciada ou referendada, de prestadores de serviços, a cada um dos beneficiários por meio impresso, telefônico e eletrônico, juntamente com manual de orientações do usuário com as informações necessárias ao correto uso do plano, nos termos previsto.
- 14) A **LICITANTE VENCEDORA** manterá serviço de atendimento telefônico gratuito 24 (vinte e quatro) horas por dia, todos os dias da semana, para informações e esclarecimentos dos beneficiários acerca do Plano de Assistência a Saúde.
- 15) A **LICITANTE VENCEDORA** obriga-se a assumir as despesas com os tratamentos hospitalares em andamento, inclusive aqueles realizados em UTI ou similares, no início da vigência do contrato.
- 16) A **LICITANTE VENCEDORA** deverá apresentar normas de segurança quanto ao uso indevido dos cartões de identificação, de modo que a partir do recebimento da comunicação de "exclusão", coíba



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

o atendimento, de vez que a responsabilidade da **CODIN** limitar-se-á até a entrega do respectivo cartão de identificação.

- 17)** O empregado e/ou dependente poderá utilizar os serviços do convênio para atendimento médico-hospitalar quando ocorrer acidente de trabalho, desde que obedecidos os procedimentos previstos na legislação vigente, não sendo da responsabilidade da **LICITANTE VENCEDORA** o encaminhamento ou pagamento de pecúlio referente ao evento.

## **19 – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**

**19.1** O contrato, oriundo do presente Termo de Referência, poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas nos artigos 115 e 116 do Regulamento de Licitações CODIN, mediante termo aditivo.

**19.2** Na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 116 citado acima, haverá demonstração objetiva do fato em processo administrativo e acordo entre as partes.

## **20 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A empresa licitante está sujeita as Sanções Administrativas e Penalidades previstas nos artigos 121 e 122 do Regulamento de Licitações da CODIN, com base nos artigos 82, 83 e 84 da Lei nº 13.303/2016.

### **Elaborado por:**

**Rosângela Pires**  
Assessora – DIRHU/SAD  
Id. Funcional 43474268

**Jussira de Carvalho**  
Assessora – SAD  
Id. Funcional 2706882

**Angelina M.M. Pamplona**  
Superintendente SAD  
Id. Funcional 4397060

### **Aprovado por:**

**Marilda Sant'Anna Maciel**  
Diretora de Administração e Finanças  
Id. Funcional 50252593



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO II – DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA** (itens 4.9 e 10.1.1, alínea “b”)

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA** sob as penas da lei, em especial o artigo 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a)** a proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b)** a intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c)** que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame, quanto a participar ou não da referida licitação;
- d)** que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do presente certame antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e)** que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido do ÓRGÃO LICITANTE antes da abertura oficial das propostas; e
- f)** que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Rio de Janeiro,..... de .....de .....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
NOME DO REPRESENTANTE:  
IDENTIDADE:  
CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO III – DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE** (itens 7.3 e 10.1.1, alínea “c”)

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA** que é microempresa, empresa de pequeno porte, empresário individual ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, cumprindo, assim, os requisitos legais para tal qualificação, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, e que não possui quaisquer dos impedimentos da referida norma, estando apta a exercer o direito de tratamento privilegiado na forma prevista pela legislação em vigor.

- (        ) **MICROEMPRESA**, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;  
(        ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.  
(        ) **COOPERATIVA**, conforme artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

**OBS. Assinalar com um “X” a condição da empresa.**

Rio de Janeiro, .....de.....de .....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA:

NOME DO REPRESENTANTE:

IDENTIDADE:

CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELO ARTIGO 14 DO REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DA CODIN (itens 4.5 e 10.1.1, alínea “d”)**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA** sob as penas da Lei, em relação à empresa licitante e/ou pretensa contratada, que:

**I.** O administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social da Licitante e/ou pretensa contratada **NÃO** é dirigente ou empregado da CODIN;

**II.** A Licitante e/ou pretensa contratada **NÃO** está suspensa pela CODIN;

**III.** A Licitante e/ou pretensa Contratada **NÃO** foi Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, na forma do artigo 87, inc. IV da Lei nº 8.666/93 ou declarada impedida de licitar e contratar com os órgãos e entidades integrantes da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com base no artigo 7º da Lei nº 10.520/02, cujos efeitos ainda vigorem;

**IV.** A Licitante e/ou pretensa contratada **NÃO** está constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**V.** A Licitante e/ou Contratada **NÃO** possui administrador que seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

**VI.** A Licitante e/ou pretensa Contratada **NÃO** está constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**VII.** A Licitante e/ou pretensa contratada **NÃO** possui administrador que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

**VIII.** A Licitante e/ou pretensa contratada **NÃO** possui, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

**IX.** A Licitante e/ou pretensa contratada **NÃO** possui, em seus quadros de empregados, em seus quadros de diretores, em seus quadros de administradores e em seu quadro de sócios ou cotistas, empregado da CODIN ou gerente ou superintendente ou diretor ou qualquer outro tipo de dirigente da CODIN;

**X.** A Licitante e/ou pretensa Contratada, por meio de seus quadros de empregados, de administradores, de diretores e de sócios ou cotistas, **NÃO** possui relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

**a)** Dirigente da CODIN;

**b)** Empregado da CODIN cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

**c)** Governador ou Secretário de Estado do Rio de Janeiro.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**XI.** A Licitante e/ou pretensa Contratada NÃO possui proprietário, mesmo na condição de sócio, que tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a CODIN há menos de 6 (seis) meses.

**XII.** A Licitante e/ou pretensa contratada NÃO está enquadrada como grupo econômico ou financeiro, ou está enquadrada como grupo econômico ou financeiro, contudo, está participando somente com uma proposta de preços, estando válida sua participação no referido certame e em conformidade com os termos exigidos pelo Regulamento de Licitações da CODIN.

**XIII.** A Licitante e/ou pretensa Contratada cumpre todos os requisitos, condições e exigências do artigo 14, do Regulamento de Licitações da CODIN, de modo que NÃO está impedida de participar do certame e/ou impedida de ser contratada pela CODIN.

**XIV.** A Licitante e/ou pretensa Contratada tem pleno conhecimento das regras e cumpre todas as exigências e condições descritas no instrumento convocatório, nos seus anexos e no Termo de Referência.

Rio de Janeiro,..... de .....de .....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

NOME DO REPRESENTANTE:

IDENTIDADE:

CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO V – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII, DA  
CONSTITUIÇÃO FEDERAL (item 10.1.1, alínea “e”)**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA** sob as penas da Lei, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do artigo 7º, da Constituição Federal, que não possui em seu quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

Rio de Janeiro,..... de .....de .....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
NOME DO REPRESENTANTE:  
IDENTIDADE:  
CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO VI – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA CONTRATAÇÃO COM A CODIN (item 10.1.1, alínea “f”)**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, a **INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS PARA CONTRATAÇÃO COM A CODIN**, como que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

Rio de Janeiro,..... de .....de .....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

NOME DO REPRESENTANTE:

IDENTIDADE:

CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA A SER CONTRATADA E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO VII – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO A LEI FEDERAL Nº 9.777/98 (item 10.1.1, alínea “g”)**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA** sob as penas da lei, que não é adotada relação trabalhista caracterizando trabalho forçado ou análogo a trabalho escravo, conforme disposto na Lei Federal nº 9.777, de 29 de dezembro de 1998.

Rio de Janeiro,..... de .....de .....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
NOME DO REPRESENTANTE:  
IDENTIDADE:  
CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO VIII – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE RELAÇÃO DE NEPOTISMO (item 10.1.1, alínea “h”)**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que os profissionais empregados do seu quadro, que prestarão serviços nas dependências da **Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN**, não possuem vínculo conjugal, de união estável ou de parentesco em linha reta, colateral ou afim, até o terceiro grau, inclusive, com ocupantes de cargos de direção e de assessoramento ou de desembargadores federais ou juízes federais vinculados a **Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN**

**DECLARA**, também, que não possui no seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, de magistrados ocupantes de cargo de direção ou no exercício de funções administrativas, ou de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação.

**DECLARA**, ainda, que comunicará à **Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro - CODIN** a ocorrência superveniente de quaisquer das hipóteses acima descritas.

Rio de Janeiro,..... de .....de .....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

NOME DO REPRESENTANTE:

IDENTIDADE:

CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA A SER CONTRATADA E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO IX – DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE PENALIDADE (item 10.1.1., alínea “i”)**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA**, sob as penas da Lei, que não foram aplicadas penalidades de suspensão temporária da participação em licitação, impedimento de contratar ou declaração de inidoneidade para licitar e contratar por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal cujos efeitos ainda vigorem.

Rio de Janeiro,..... de .....de .....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

NOME DO REPRESENTANTE:

IDENTIDADE:

CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO X – DECLARAÇÃO DOS ÍNDICES CONTÁBEIS (item 10.4.5)**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no item 12.4.4, os seguintes índices contábeis:

➔ Índice de Liquidez Corrente – ILC =

\_\_\_\_\_

➔ Índice de Liquidez Geral – ILG =

\_\_\_\_\_

➔ Índice de Endividamento – IE =

\_\_\_\_\_

|                           |  |
|---------------------------|--|
| Nome do Contador          |  |
| Número de Registro no CRC |  |

Rio de Janeiro,..... de .....de .....

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
NOME DO REPRESENTANTE:  
IDENTIDADE:  
CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**ANEXO XI – DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI Nº 7.258, DE 12/04/16 (itens 12.3 e 12.3.1)**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto na Lei nº 7.258, de 12/04/2016, que dispõe, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoas portadora de deficiência habilitadas, na proporção de \_\_\_\_%, na medida em que atualmente conta com \_\_\_\_ (\_\_\_\_\_) empregados.

**OBSERVAÇÃO: CASO POSSUA MENOS DE 100 (CEM) EMPREGADOS, A DECLARAÇÃO DEVERÁ SER APRESENTADA NA SEGUINTE FORMA:**

A Empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., com sede na Rua ....., que tem como representante devidamente constituído, o Sr. ...., portador da carteira de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto na Lei nº 7.258, de 12/04/2016, que dispõe, em seus quadros menos de 100 (cem) empregados, de modo que não se submete ao regime neste estabelecido.

Rio de Janeiro,..... de .....de .....  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA  
NOME DO REPRESENTANTE:  
IDENTIDADE:  
CPF/MF:

**OBS.: DEVERÁ SER APRESENTADO EM PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA LICITANTE E ASSINADA PELOS REPRESENTANTES LEGAIS.**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

## ANEXO XII – MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO CODIN Nº /

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR-AMBULATORIAL, POR MEIO DE PLANO DE SAÚDE QUE ENTRE SI CELEBRAM A COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO - CODIN E A EMPRESA , NA FORMA ABAIXO:**

A **COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - CODIN**, Sociedade de Economia Mista, vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico e Geração de Emprego e Relações Internacionais, com sede na Avenida Rio Branco, 110 – 34º andar, no Bairro do Centro da Cidade do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.124.754/0001-14, doravante denominada **CONTRATANTE** representada neste ato pelo Diretor Presidente **Fábio Eduardo Galvão Ferreira Costa**, portador da identidade nº 09623610-4 – IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 020.488.427-63, com endereço eletrônico [fabiogalvao@codin.rj.gov.br](mailto:fabiogalvao@codin.rj.gov.br) e pelo Diretor de Administração e Finanças **Carlos Adriano Klafke dos Santos**, portador da carteira de identidade nº 602.726.271-3, expedida pelo SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob o nº 475.164.450-53, com endereço eletrônico [aklafke@codin.rj.gov.br](mailto:aklafke@codin.rj.gov.br) e a empresa ....., situada na ....., no Bairro do ....., na Cidade do ....., CEP ..... e inscrita no CNPJ/MF sob o nº ....., daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por ....., portador da cédula de identidade nº ....., expedida pelo ....., inscrito no CPF/MF sob o nº ....., com endereço eletrônico ....., conforme Contrato Social (Procuração) apresentado, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA HOSPITALAR-AMBULATORIAL, POR MEIO DE PLANO DE SAÚDE**, com fundamento no **Processo Eletrônico nº E-22/010/106/2019**, que se regerá pelas normas do Regulamento de Licitações CODIN, pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, pelo Decreto Estadual nº 46.188, de 06 de dezembro de 2017 e, no que couber, pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, pela Lei Estadual nº 287, de 04 de dezembro de 1979, e pelo Decreto Estadual nº 42.301/10, e do **Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2020** com todos os seus anexos, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O presente **CONTRATO** tem por objeto a contratação de empresa de prestação de serviços de assistência médica hospitalar-ambulatorial, por meio de **PLANO DE SAÚDE BÁSICO**, de abrangência no Estado do Rio de Janeiro, que contemplarão a assistência médica ambulatorial e hospitalar, fisioterápica, psicológica e farmacêutica na internação, compreendendo partos e tratamentos, realizados exclusivamente no Estado do Rio de Janeiro, com padrão em quarto coletivo e/ou enfermaria com banheiro, centro de terapia intensiva, ou similar, quando necessária à internação hospitalar, para tratamento das doenças listadas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial de Saúde, visando atender as necessidades das CODIN, compreendendo um universo estimado de aproximadamente **162 (cento e sessenta e dois) beneficiários/mês**, podendo variar para mais ou para menos, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório, todos Edital de Pregão Eletrônico nº 002/2020.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo da prestação dos serviços será de 12 (doze) meses, contados a partir da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** O prazo contratual poderá ser prorrogado, por iguais períodos dentro do limite de 5 (cinco) anos previsto no **artigo 71 da Lei nº 13.303/2016 c/c o artigo 107 do Regulamento de Licitação da CODIN**, desde que a proposta da **CONTRATADA** seja comprovadamente mais vantajosa para a **CODIN**.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- a)** efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste **CONTRATO**;
- b)** fornecer à **CONTRATADA**, documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente **CONTRATO**;
- c)** exercer a fiscalização do **CONTRATO**;
- d)** receber provisória e definitivamente o objeto do **CONTRATO**, nas formas definidas no edital e no contrato;

#### CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das descritas no Termo de Referência, constituem também obrigações da **CONTRATADA**:

- a)** conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância da Proposta de Preços, do Regulamento de Licitações da CODIN e da legislação vigente;
- b)** prestar o serviço no endereço desta **CODIN**;
- c)** prover os serviços ora contratados com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d)** iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e)** comunicar ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao Coordenador da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- i) manter-se, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- j) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da **Cláusula Oitava (DA RESPONSABILIDADE)**;
- l) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros
- m) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas com a execução deste contrato, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o corrente exercício de **2020/2021**, assim classificadas: **Programa de Trabalho: 2271.22122000220160000, Natureza de Despesa: 3390, Fonte de Recursos: 100 e 230.**

**PARÁGRAFO ÚNICO:** As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

#### **CLÁUSULA SEXTA: DO VALOR DO CONTRATO**

Dá-se a este **CONTRATO** o valor total de **R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_).**

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos da cotação de preços, do Termo de Referência, da proposta apresentada, do Regulamento de Licitações da



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

CODIN e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão constituída de 3 (três) membros designados pela **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem as do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 15 (quinze) dias após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 90 (noventa) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não excluem ou atenuam a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a eximem de manter fiscalização própria.

#### CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por todo e qualquer dano que causar à **CONTRATANTE** ou a terceiros, ainda que culposamente, praticados por seus prepostos, empregados ou mandatários, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou acompanhamento pela **CONTRATANTE**, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A **CONTRATADA** é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o **CONTRATANTE**, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** será obrigada a reapresentar prova de regularidade perante à Seguridade Social (INSS), mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que





Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

abranja, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, e o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A ausência da apresentação dos documentos mencionados **no PARÁGRAFO SEGUNDO** ensejará a imediata expedição de notificação à **CONTRATADA**, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

**PARÁGRAFO QUINTO:** No caso do **PARÁGRAFO QUARTO**, será expedida notificação à **CONTRATADA** para apresentar prévia defesa, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação, pelo prazo de 1 (um) ano.

#### CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A **CONTRATANTE** deverá pagar a **CONTRATADA** o valor total estimado de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), abrangendo **162** (cento e sessenta e duas) vidas, à razão de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), **por vida/mês**.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O valor previsto no *caput* desta cláusula será pago em **12 (doze) parcelas mensais e sucessivas** de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), obrigatoriamente, por meio de crédito em **Conta Corrente nº \_\_\_\_\_ da Agência \_\_\_\_\_ do Banco Bradesco S/A de titularidade da CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O quantitativo de segurados estimado no *caput* desta cláusula poderá variar para mais ou para menos no curso da execução deste contrato, hipóteses em que o valor das parcelas fixadas no **PARÁGRAFO PRIMEIRO** refletirá a variação que houver, observando-se sempre o valor de R\$ \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), **por vida/mês**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pela **CONTRATANTE** ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da referida instituição financeira, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do artigo 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura para pagamento à Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro, situada à Avenida Rio Branco nº 110 - 34º



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.040-001, após a entrega de cada parcela, acompanhada da **Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União; o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).**

a) A Nota Fiscal deverá ser encaminhada através do e-mail: **contasapagar@codin.rj.gov.br**, acompanhada de toda documentação.

**PARÁGRAFO SEXTO:** Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos quarto e quinto, o pagamento será realizado em até 10 (dez) dias úteis, com crédito em conta corrente, a partir da apresentação da nota fiscal, após o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes que é a Comissão de Fiscalização da **CODIN**, que se dará com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 10 (dez) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**PARÁGRAFO OITAVO:** Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo **IPCA** (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*.

**PARÁGRAFO NONO:** O pagamento será realizado mensalmente, **após** o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelos agentes competentes que é a fiscalização da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** No caso de prorrogação do prazo contratual, os preços poderão ser reajustados mediante a aplicação da variação do IPCA, item “Plano de Saúde”, com periodicidade anual, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a contar da publicação do contrato no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, para compensar as perdas eventuais decorrentes de inflação nos preços de serviços de saúde.

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** As partes convencionam que o prazo decadencial para a **CONTRATADA** solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora da **CONTRATANTE**, é de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** A **CONTRATADA** deverá emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO**



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas nos artigos 115, 116 e 117 do Regulamento de Licitações CODIN, mediante termo aditivo.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Na ocorrência de uma das hipóteses previstas no artigo 116 citado acima, haverá demonstração objetiva do fato em processo administrativo e acordo entre as partes.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO**

O presente contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes ou por ato unilateral de qualquer das partes, em virtude do não cumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais e das demais hipóteses previstas no artigo 124 do Regulamento de Licitações CODIN, sem que caiba direito a indenizações de qualquer espécie à parte que deu causa à rescisão.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A rescisão decorrente dos motivos elencados no artigo 124, Parágrafo Primeiro, incisos I, III a X e XIV, do Regulamento de Licitações CODIN, será efetivada após o regular processo administrativo, assegurado a **CONTRATADA** o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Os efeitos da rescisão do contrato serão operados a partir da comunicação escrita sobre o seu julgamento, ou, na impossibilidade de notificação do interessado, por meio de publicação oficial.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a **CONTRATANTE** poderá:

- a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à **CONTRATADA** e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente;
- b) cobrar da **CONTRATADA** multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e;
- c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará a Licitante e/ou Contratada, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, aplicadas pela autoridade competente, que deverão ser graduadas de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa;
- c) Suspensão temporária de participação em licitação e contratação com a **CODIN**, por prazo não superior a 2 (dois) anos.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A imposição das penalidades é de competência exclusiva da **CONTRATANTE**, devendo ser aplicada pela autoridade competente, conforme Regime de Alçadas vigente, aprovado pelo Conselho de Administração da **CONTRATANTE**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** A multa administrativa, prevista na alínea b, do *caput*:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do **CONTRATO**, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE**, prevista na alínea c, do *caput*:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;

**PARÁGRAFO SEXTO:** O valor das multas previstas na alínea b, do *caput*, e no parágrafo sexto, será descontado dos pagamentos a serem efetuados pela **CONTRATANTE** à **CONTRATADA**, e/ou da garantia contratual. Caso o valor seja superior ao crédito da **CONTRATADA** em face da **CONTRATANTE** e/ou da garantia prestada, além da perda destes, responderá o infrator pela sua diferença.

**PARÁGRAFO SÉTIMO:** A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do **CONTRATO**, garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO OITAVO:** A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

**PARÁGRAFO NONO:** Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

**PARÁGRAFO DÉCIMO:** A notificação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO:** A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 10 (dez) dias úteis.

**PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO:** Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos, com a consequente notificação do interessado.

**PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO:** Os licitantes, adjudicatários e contratantes que forem penalizados com a sanção de suspensão temporária da participação em licitação ficarão impedidos de contratar com a **CONTRATANTE** enquanto perdurarem os efeitos da respectiva penalidade.

**PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO:** As penalidades serão registradas pelo **CONTRATANTE** no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO**

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do **CONTRATO** tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, serão cobrados judicialmente, caso não haja êxito na cobrança amigável.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA**

O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expresso consentimento da **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a **CONTRATANTE** consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

- I - quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual;
- II - quando tiver sido dispensada a licitação.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO**

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do **CONTRATO**, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO CONTROLE EXTERNO**

Após a assinatura do contrato, será encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia do instrumento, na forma e no prazo determinado por este.

#### **CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DAS NORMAS ANTICORRUPÇÃO**

As Partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores, empregados, prepostos e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Para a execução deste **CONTRATO**, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O não cumprimento por parte da **CONTRATADA** das Leis Anticorrupção e/ou da Política Anticorrupção da **CONTRATANTE**, disponível em seu sítio eletrônico, será considerado uma infração grave ao **CONTRATO** e conferirá à **CONTRATANTE** o direito de, agindo de boa-fé, declararem rescindido imediatamente o **CONTRATO**, sem qualquer ônus de penalidade, sendo a **CONTRATADA** responsável por perdas e danos, nos termos da lei aplicável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA GARANTIA**

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5% (cinco por cento) do valor do **CONTRATO**, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo artigo 105, §1º, do Regulamento de Licitações CODIN, a ser restituída após sua execução satisfatória.



Governo do Estado do Rio de Janeiro  
Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro  
Diretoria de Administração e Finanças

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Caso o valor do **CONTRATO** seja alterado, de acordo com os artigos 115 e 116 do Regulamento de Licitações CODIN, a garantia deverá ser complementada, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, para que seja mantido o percentual de 5% (cinco por cento) do valor do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sob pena de rescisão administrativa do **CONTRATO**.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O levantamento da garantia contratual por parte da **CONTRATADA**, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

**PARÁGRAFO QUINTO:** A apresentação irregular ou não recolhimento, pela **CONTRATADA**, da garantia, no prazo estabelecido, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida e dará ensejo ao bloqueio do pagamento até que a garantia seja regularmente apresentada, sem prejuízo da possibilidade de aplicação das sanções correspondentes.

**PARÁGRAFO SEXTO:** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para a apresentação da garantia autoriza a **CONTRATANTE** a buscar a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DO FORO DE ELEIÇÃO**

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento.